

Governo prepara supressivas contra "parasitobrás"

JOSIAS DE SOUZA

Secretário de Redação do Sucursal de Brasília

O projeto de Constituição a ser votado em segundo turno pelo Congresso constituinte, cria, na opinião do governo, uma espécie de "parasitobrás" na administração pública. A expressão foi cunhada ontem pela manhã, durante a reunião do presidente José Sarney com ministros e auxiliares, no Palácio da Alvorada. São três os artigos que oficializariam o "parasitismo" entre os funcionários da União, Estados e municípios: 21, 22 e 23, todos incluídos no Ato das Disposições Transitórias.



ministrativo praticado a partir da instalação do Congresso constituinte, a 1º de fevereiro de 1987, "que tenha por objeto a estabilidade de servidor da administração direta ou indireta, admitido sem concurso". Pela interpretação do Planalto, este artigo, se aprovado, anularia todas as demissões feitas pelo governo desde o início do ano passado.

O texto do artigo 22 é classificado pelo governo como "pernicioso". Sua aprovação significará a estabilidade no emprego para os "servidores civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios" que tenham pelo menos cinco anos de serviço público. O benefício abrange os funcionários da administração direta ou autárquica, excetuando-se os que ocupam cargos de confiança.

O outro artigo que o governo pretende retirar do texto do projeto de Constituição (23), prevê a aposentadoria dos funcionários públicos com o maior salário de sua carreira. Em resumo, se não conseguir suprimir os artigos 21, 22 e 23, o governo terá de readmitir os funcionários afastados a partir de 10 de fevereiro do ano passado, ficará proibido de demitir os que tenham mais de cinco anos de serviço e só poderá conceder aposentadorias pelo piso salarial.

Feijão e arroz

Antes do início da reunião convocada por Sarney para discutir o teor das emendas supressivas do governo, o ministro da Fazenda, Mailson

da Nóbrega, teve um inesperado momento de descontração. O presidente lhe entregou dois potes de vidro transparente, com uma fita verde e amarela em volta de cada um. O primeiro pote estava cheio de arroz e o outro continha feijão. "Isso é para você colocar sobre a sua mesa. Vamos reforçar a política econômica feijão com arroz". As testemunhas que ouviram esta frase de Sarney tiraram duas conclusões: 1) Mailson está prestigiado no governo; 2) Sarney quer manter a política de contenção de gastos empreendida pelo ministro da Fazenda.

Os convidados de Sarney, entre os quais estavam também Ronaldo Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil, e Saulo Ramos, consultor-geral da República, discutiram com especial interesse os artigos da nova Constituição que podem implicar gastos adicionais para o governo. O principal deles é o que concede anistia à correção monetária das dívidas contraídas por micro e pequenas empresas e pequenos e médios produtores rurais. O governo quer excluir do benefício pelo menos os pequenos empresários e médios agricultores.

Ainda na linha da preocupação com os cofres públicos, o governo elaborou emenda para eliminar da nova Constituição o parágrafo único do artigo 37 das Disposições Transitórias, que permite, segundo a opinião do Planalto a emissão de títulos da dívida pública para pagamento de desapropriações sem lastro no orçamento anual.



O líder do governo, Carlos Sant'Anna, após sair da reunião no Palácio do Alvorada com Sarney e ministros

O que o Planalto quer suprimir

Jornada de trabalho — As seis horas de jornada máxima para o trabalho realizado em turnos de revezamento. O governo quer a supressão pelo "impacto negativo que causa principalmente à Petrobrás".

Greve nos setores essenciais — O governo quer que seja dada uma outra redação. A legislação ordinária deve definir "com maior precisão como se dar a greve".

Moção de censura aos ministros pelo Congresso Nacional — O governo entende que a proposta só seria adequada se tivesse sido aprovado o sistema parlamentarista.

Voto aos 16 anos — Sant'Anna não revelou a justificativa do governo para supressão deste dispositivo.

Tabelamento dos juros reais em 12% ao ano — Segundo Sant'Anna, o governo entende que este dispositivo não é matéria constitucional e deve ser fixado pelo Conselho Monetário Nacional ou "talvez por lei ordinária".

Anistia creditícia — A concessão de anistia da correção monetária aos empréstimos tomados pelos micro e pequenos empresários e pequenos e médios agricultores durante a vigência do Plano Cruzado. Serão apresentadas emendas supressivas totais e parciais. As parciais visam atingir apenas os médios produtores rurais. Conforme Sant'Anna, a manutenção do dispositivo representará uma despesa de Cz\$ 337 bilhões para o governo.

Cobrança do imposto de renda adicional pelos Estados — Para o governo, o artigo aumenta a carga tributária sobre o contribuinte e essa competência não deve ser repassada aos Estados.

Aposentadoria de funcionários públicos — O artigo 23 das Disposições Transitórias, que permite ao funcionário público, no momento de se aposentar, utilizar as normas que regiam o serviço público na época de sua admissão. Segundo Sant'Anna, o governo acha que este dispositivo permitirá o surgimento de "uma porção de marajás".

"Trem da alegria" — A estabilidade para o funcionário público com mais de cinco anos de serviço.

Reanexação do Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco — O governo também quer a supressão deste artigo. O atual governador do Território é Fernando César Mesquita, ex-porta-voz do Planalto, e foi nomeado pelo presidente Sarney.

Atribuições do Congresso — O artigo que prevê que todos os dispositivos legais que atribuem ou delegam competências do Congresso ao Poder Executivo ficam revogados 180 dias a contar da promulgação da Constituição.

CPI da dívida externa — A instalação de uma comissão mista do Congresso Nacional para promover um exame da dívida externa, no prazo de um ano a contar da promulgação da nova Carta.

Extinção dos fundos — O artigo que prevê que os fundos existentes na data de promulgação da Constituição serão extintos se não forem ratificados pelo Congresso no prazo de dois anos, com exceção daqueles que passem a integrar patrimônio privado e dos que interessem à defesa nacional.

Instituições financeiras — A sujeição à correção monetária, até seu efetivo pagamento, dos créditos do Banco Central e do Banco Nacional da Habitação junto a instituições financeiras sob intervenção, em processo falimentar ou de liquidação.

Planalto quer a alteração de 73 dispositivos no 2º turno

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney selecionou na manhã de ontem, junto com a cúpula do governo e com o seu líder na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 73 dispositivos que quer ver alterados no segundo turno de votações do Congresso constituinte. Sant'Anna, ao deixar o Palácio da Alvorada, onde aconteceu a reunião, disse que, deste total, dez dispositivos são considerados "essenciais" para o governo "pelos impactos que causam no Poder Executivo e especialmente no erário". À tarde, Sant'Anna divulgou novas propostas de emendas supressivas do Planalto (veja quadro nesta página).

A maioria dos dispositivos estão inseridos no Ato das Disposições Transitórias. Sant'Anna afirmou que os itens aprovados por acordo entre as lideranças no primeiro turno de votações foram preservados.

Sant'Anna disse que será difícil, por causa da proximidade das eleições municipais, conseguir os 280 votos necessários à supressão dos dispositivos selecionados pelo governo. Mas, segundo ele, será possível superar esta dificuldade através de acordos. "Teremos que tentar a negociação e nos pontos considerados essenciais, vamos fazer o possível para mobilizar os constituintes que estiverem de acordo".

Bilhetes a Cabral

Embora a resolução nº 3, que alterou o regimento interno, determine que cada constituinte pode

apresentar até quatro emendas supressivas, além de outras para sanar erros e omissões (emendas de redação), o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), fixou em quatro o número total de emendas por parlamentar.

Sant'Anna disse que para superar este limite imposto por Ulysses Guimarães sugeriu aos seus liderados que enviem "bilhetes" ao relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). "Já combinei com Cabral e ele se disse disposto a examinar e aceitar com a Comissão de Redação sem considerar a sugestão uma emenda", disse o líder do governo.

Correção de linguagem

Sant'Anna disse que ele mesmo se utilizará deste mecanismo — "bilhetinho" — para fazer uma "correção de linguagem" no projeto constitucional. Segundo ele, há uma parte do texto que diz "o português é a língua oficial do Brasil". Na sua opinião, o texto correto deveria ser o seguinte: "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil". Assim, disse que mandará um bilhete ao seu "caro Bernardo", que o apresentará à Comissão de Redação.

Participaram da reunião os ministros do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.